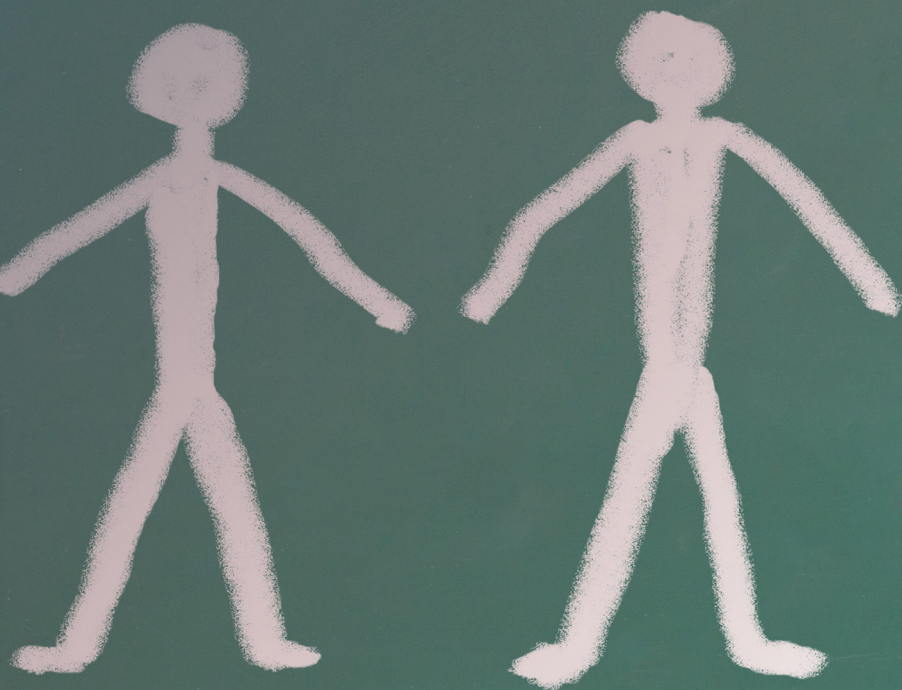


# **Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**

---

**Marcos William Kaspchak Machado  
(Organizador)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



Marcos William Kaspchak Machado  
(Organizador)

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas  
5 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak  
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –  
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-165-7

DOI 10.22533/at.ed.657191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.  
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



## APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume V apresenta, em seus 36 capítulos os estudos mais recentes sobre as aplicações jurídicas, da psicologia, da ética e da comunicação na sociedade contemporânea.

A áreas temáticas deste livro mostram as aplicações dos estudos jurídicos sobre o cotidiano e o impacto de políticas inclusivas na construção dos espaços sociais modernos. Além disso a obra ressalta a importância das abordagens da ética e sociologia.

No segundo momentos são agrupados os estudos emergentes na área da psicologia e dos processos de comunicação e sua contribuição na construção de um ambiente pautado na educação, inclusão e participação ativa dos grupos sociais.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INTERDISCIPLINARIDADE NO DIREITO	
Elizabeth Alves Brito	
Rafaela da Cunha Cavalcanti	
Ranulfo Barbosa Santos Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
A APLICAÇÃO DA TEORIA DO INADIMPLEMENTO MÍNIMO, OU ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL, AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: CONCEITUAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO	
Luiz Mesquita de Almeida Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ACUSAR E INVESTIGAR: “PODERES” INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Luiza Reiniger Severo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
NOVAS LEIS PARA RESOLVER VELHOS PROBLEMAS - A EFETIVIDADE DA LEI E SUAS IMPLICAÇÕES COM O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Gisele Beran Medella D’Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>40</b>
NEGÓCIOS PROCESSUAIS A PARTIR DO CPC/15: ALCANCES E LIMITES SOB A PERSPECTIVA DA BOA-FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA	
Nathally Bianque Lopes Pereira	
Luciano Souto Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS: UMA RELAÇÃO ANTAGÔNICA NA PRÁXIS	
Gabriel Pereira de Carvalho	
Gustavo de Assis Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
O INSTITUTO DA FEDERALIZAÇÃO DAS GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS	
Denis Roberto Peçanha de Sant’Anna Almeida	
Luiz Felipe Barboza Domingues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911037</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>74</b>
A SITUAÇÃO CARCERÁRIA E A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	
Karla Tayumi Ishiy	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911038</b>	

**CAPÍTULO 9 ..... 90**

A FUNÇÃO SOCIAL E O EQUILÍBRIO CONTRATUAL NAS RELAÇÕES MASSIFICADAS DE CONSUMO

Marcelly Alves Araújo  
Marina Arantes de Souza  
Vitor Lemes Castro

**DOI 10.22533/at.ed.6571911039**

**CAPÍTULO 10 ..... 100**

A CONSTITUCIONALIDADE DAS NOVAS BIOTECNOLOGIAS AO SISTEMA AGROALIMENTAR BRASILEIRO

Ana Carolina de Moraes Garcia

**DOI 10.22533/at.ed.65719110310**

**CAPÍTULO 11 ..... 115**

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA SALINEIRA: ESTUDO DE CASO EM UMA SALINA DO MUNICÍPIO DE MACAU/RN

Brenno Dayano Azevedo da Silveira  
Priscylla Cinthya Alves Gondim  
Rogerio Taygra Fernandes Vasconcelos  
Almir Mariano de Sousa Junior

**DOI 10.22533/at.ed.65719110311**

**CAPÍTULO 12 ..... 130**

O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO E SUA (DES)HARMONIA COM O SISTEMA CONSTITUCIONAL PÁTRIO

Guilherme Giovane Alves Taets  
Raissa Dias Timóteo  
Ana Cristina Magalhães Araújo Gorgulho

**DOI 10.22533/at.ed.65719110312**

**CAPÍTULO 13 ..... 139**

O IMPACTO DO CASO “A ÚLTIMA TENTAÇÃO DE CRISTO (OLMEDO JUSTO E OUTROS) VS. CHILE” COMO MARCO DA INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Beatriz Mendes Niyama  
Gabriel Luís Massutti de Toledo Leme

**DOI 10.22533/at.ed.65719110313**

**CAPÍTULO 14 ..... 143**

PRECONCEITOS DE GÊNERO E SUA MANIFESTAÇÃO NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Natália de Souza e Mello Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.65719110314**

**CAPÍTULO 15 ..... 145**

O RECONHECIMENTO DO CASAMENTO DE CASAIS COM SEXUALIDADES FORA DA NORMA: DO PROJETO DE LEI Nº 1.151 DE 1995 À RESOLUÇÃO Nº 175 DE 2013

José Aélson Pereira de Araújo  
Carolina Quarteu Rivera

**DOI 10.22533/at.ed.65719110315**

**CAPÍTULO 16 ..... 153**

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICADO NA LEI MARIA DA PENHA

Antônia Alice Soares Araújo  
Iáscaro Alves Campelo  
Milton Sávio Melo Souto do Monte

**DOI 10.22533/at.ed.65719110316**

**CAPÍTULO 17 ..... 165**

BILHETES/*BEREUS* COMO AGENCIAMENTO PARA COMUNICAR NECESSIDADES DE SAÚDE EM PENITENCIÁRIA, MATO GROSSO

Reni Aparecida Barsaglini  
Emília Carvalho Leitão Biato

**DOI 10.22533/at.ed.65719110317**

**CAPÍTULO 18 ..... 177**

REDE: UMA CATEGORIA EM ANÁLISE

Edjavane da Rocha Rodrigues de Andrade  
Maria de Fátima Leite Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.65719110318**

**CAPÍTULO 19 ..... 188**

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTATUTO DO IDOSO COMO GARANTIA AOS DIREITOS SOCIAIS

Priscilla Roberta Alves Diniz  
Andrea Silvana Fernandes de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.65719110319**

**CAPÍTULO 20 ..... 199**

GESTÃO DE MOBILIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRECHEIROS EM CIDADES PEQUENAS

Cledione Jacinto de Freitas.  
José Sterza Justo

**DOI 10.22533/at.ed.65719110320**

**CAPÍTULO 21 ..... 214**

PERFIL DE ACESSIBILIDADE NOS RESTAURANTES E HOTEIS DA ORLA MARITIMA DE JOÃO PESSOA: VERIFICAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

Yakey Santos da Silva  
Francielly Sales da Silva  
Paula Dutra Leão de Menezes  
Patrícia Pinheiro Fernandes Vieira

**DOI 10.22533/at.ed.65719110321**

**CAPÍTULO 22 ..... 229**

O PROTAGONISMO DE IDOSAS FRENTE A CATÁSTROFES NATURAIS: A RESILIÊNCIA EM QUESTÃO

Leda Nardi  
Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

**DOI 10.22533/at.ed.65719110322**

**CAPÍTULO 23 ..... 238**

OMÉDICOVETERINÁRIONONASF: SUA IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO DE ANTROPOZOONOSES E A ATUAL SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE) – REVISÃO DE LITERATURA

Lorena Maria Souza Rosas  
Larissa de Sá Carvalho  
Raisa Maria Souza Rosas  
Vanessa Souza Inoue  
Ana Caroline dos Santos  
Lucas da Silva Coutinho

**DOI 10.22533/at.ed.65719110323**

**CAPÍTULO 24 ..... 246**

SOBRE O LUTO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

André Victor Machado  
Camila da Silva Ferrão  
Giovanna Silva Segalla  
Maria Virginia Filomena Cremasco

**DOI 10.22533/at.ed.65719110324**

**CAPÍTULO 25 ..... 262**

O PREÇO PELA EXPANSÃO DOS HORIZONTES FEMININOS: UMA ANÁLISE DIFERENCIADA DO ESTRESSE, OS MÚLTIPLOS PAPÉIS E A SOMATIZAÇÃO

Paula Beatriz Viana  
Cristiane Camargo de Oliveira Brito

**DOI 10.22533/at.ed.65719110325**

**CAPÍTULO 26 ..... 270**

A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA: AS MULHERES IDOSAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira

**DOI 10.22533/at.ed.65719110326**

**CAPÍTULO 27 ..... 283**

A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS ATRAVÉS DE GRUPOS DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS/BA

Vanderleia Alves de Oliveira  
Acácia Batista Dias  
Ildes Ferreira de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.65719110327**

**CAPÍTULO 28 ..... 296**

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE VALENTE

Diana Paula Nunes do Carmo  
Acácia Batista Dias  
Ildes Ferreira de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.65719110328**

**CAPÍTULO 29 ..... 310**

A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO NÃO VIOLENTA DE CONFLITOS: CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

Alan Willian Leonio da Silva  
Lúcio Mauro da Cruz Tunice

**DOI 10.22533/at.ed.65719110329**



<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>317</b>
A DIDÁTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS ABORDAGENS DE ENSINO HUMANISTA E SOCIOCULTURAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes Edna Maria Querido de Oliveira Chamon Maria Aparecida Campos Diniz de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110330</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>323</b>
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA TEMÁTICA AMBIENTAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110331</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>334</b>
A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA MÍDIA: UMA ANÁLISE DO PODER DE INFLUÊNCIA DA MÍDIA BRASILEIRA, EM UM DEBATE COMPARATIVO ENTRE A REFORMA TRABALHISTA E A CONDENAÇÃO DE LULA	
Hellen Cristina Silva de Oliveira Raphael dos Santos Freitas Victor Pimenta Bueno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110332</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>348</b>
A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL	
Márcio de Oliveira Guerra Vitor Pereira de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110333</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>357</b>
PUBLICIDADE E MEDIATIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA	
Diogo Rógora Kawano Leandro Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110334</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>371</b>
SE EU TEMO, ENTÃO VOCÊ TAMBÉM VAI TER MEDO DE PERDER: OS BENS DE FORTUNA E A “PUBLICIDADE DE CHOQUE”	
Danielle Cândido Maria Virgínia Borges Amaral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110335</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>384</b>
UMA PITADA DE RÁDIO NA POLÍTICA BRASILEIRA	
Luciana Antunes Renato Teixeira Elvis W Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110336</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>392</b>

## UMA PITADA DE RÁDIO NA POLÍTICA BRASILEIRA

### Luciana Antunes

Mestranda em Comunicação pela Universidade Paulista – UNIP. E-mail: lulutunes1973@gmail.com

### Renato Teixeira

Mestrando em Comunicação pela Universidade Paulista – UNIP. E-mail: renatoteixeira65@hotmail.com

### Elvis W Santos

Doutorando em Comunicação pela Universidade Paulista – UNIP. E-mail: elviswsantos@gmail.com  
Universidade Paulista - UNIP

Trabalho apresentado no GT5 – Mídia e Lideranças Políticas no XVI Congresso Brasileiro de Comunicação e Marketing Político (POLITICOM) - São Paulo / SP

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma breve reflexão sobre a relação entre a história do rádio e a política no Brasil, compreendendo o período que engloba desde a primeira transmissão radiofônica oficial até o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas. Buscando, desta maneira, verificar a influência que o rádio teve na política de nosso país e vice-versa. Como parte de nossa pesquisa, procuramos levantar através de literaturas a história do rádio em nosso país e conseqüentemente nos deparamos com a história do Brasil e com a maneira que a política se entrelaça com ambas. O enfoque maior de nosso trabalho foi o rádio e sua importância

durante o período pesquisado, uma vez que este teve uma participação essencial na consolidação e na propagação da ideologia do líder político em questão, Getúlio Vargas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rádio; Política; História; Getúlio Vargas.

### INTRODUÇÃO

Objetivamos nesse trabalho buscar a trajetória histórica do rádio brasileiro enquanto instrumento de produção e reprodução de uma ideologia política, bem como os controles de conteúdo pelo Estado. Inventado na Europa no final do século XIX, o rádio de acordo com Costa (2007), foi certamente um dos mais poderosos instrumentos de difusão político-ideológica em grande parte do mundo.

Apesar de a primeira transmissão radiofônica oficial ter sido justamente, como aponta Tavares (1999), o discurso do então presidente Epitácio Pessoa em comemoração ao Centenário da Independência no dia 7 de setembro de 1922 a partir do alto do Corcovado na cidade do Rio de Janeiro, não foi ainda nessa época que a história do rádio se mistura com o uso político em nosso país.

Compreendendo a importância do mais novo meio, o professor e pesquisador Roquette

Pinto<sup>1</sup> obteve junto ao governo equipamentos para desta forma inaugurar a primeira estação de rádio do Brasil, no dia 20 de abril de 1923, a PRA-2 Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a difusão teve seu início com uma programação totalmente informativa. “Os primeiros anos do rádio foram difíceis, com muita música clássica, muita ópera, muita conversa fiada e a colaboração graciosa de alguns artistas” (MURCE, 1976, p. 19). As primeiras emissoras tinham sempre em sua denominação os termos “clube” ou “sociedade”, pois na verdade nasciam como clubes ou associações formadas pelos idealistas que acreditavam na potencialidade do novo meio (ORTRIWANO, 1985, p.14).

No início, em função da baixa penetração, o rádio ainda não era utilizado pelos políticos como uma ferramenta que pudesse servir à própria política. A partir de 1924 quando se atentam para este potencial, foi instituído no Brasil o Decreto 16.657 que proibia propagar por broadcasting sem permissão do governo, notícias internas de caráter político. Com o passar dos anos, o rádio tornou-se um meio de massa, que para Campo (2006), passou a ser uma arma na batalha pelo apoio das populações, mobilizando forças que até o momento podiam estar refratárias às causas colocadas pelos estados. Desta forma as emissoras de rádio se transformam em aliados político que, de acordo com Costa (2007), “em sua maioria, sempre serviram como instrumento de manutenção e reprodução do Estado”.

## OS PRIMEIROS LAÇOS ENTRE RÁDIO E POLÍTICA: A ERA VARGAS

Após a primeira transmissão radiofônica no Brasil, iniciou-se o período de experimentações do rádio que se prorrogou até o início da década de 1930, surgindo em 10 anos 17 emissoras operando no território nacional segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil – IBGE<sup>2</sup>. Nessa época, as emissoras “eram mantidas basicamente através da contribuição de seus associados, que pagavam uma taxa mensal, além de doações de entidades privadas”. (HAUSSEN, 2001, p. 23) e como os aparelhos receptores ainda tinham um custo elevado, poucos podiam adquiri-los.

Esse panorama começa a mudar, quando de acordo com Santos (2014), o rádio começa a se firmar como meio comercial, com o início da inserção de anúncios durante a programação, momento em que há um avanço técnico do sistema de transmissão e a popularização dos aparelhos. Diante desse cenário a radiodifusão se destaca como ferramenta política totalmente capaz de influenciar as relações de poder, especialmente a partir da Era Vargas. E como salienta Ortriwano (1985):

---

1. Edgard Roquette-Pinto (Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1884 — Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1954) foi um médico legista, professor, escritor, antropólogo, etnólogo e ensaísta brasileiro. Membro da Academia Brasileira de Letras, é considerado o pai da radiodifusão no Brasil.

2. Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.

“O rádio brasileiro vai encontrando seu caminho, definindo sua linha de atuação e assumindo um papel cada vez mais importante na vida política e econômica do país. Getúlio Vargas foi o primeiro governante brasileiro a ver no rádio grande importância política. E passa a utilizá-lo dentro de um modelo autoritário” (ORTRIWANO, 1985, p.17).

Porém, o início da relação entre Getúlio Vargas e o rádio surgiu antes dos anos 1930, quando segundo Jambeiro (2003, p.111), em 1926 Getúlio que na época era deputado federal, antes de ser Presidente da República, conseguiu aprovar o Decreto no 5.492, que estabelecia o pagamento de direitos autorais pelas empresas que veiculassem músicas, ou então as incluíssem em sua programação. O decreto que ficou conhecido como “Lei Getúlio Vargas” era sem dúvida uma forma de promover o desenvolvimento e a repercussão do rádio.

A revolução de 1930 foi o impulso para a grande transformação do rádio. Entretanto, a revolução foi mantida fora das ondas do rádio da capital, o Rio de Janeiro, e na maioria dos estados. Contudo, passada a revolução, houve mudanças na programação das rádios, que ganharam força e segundo Ciaccia e Manhanelli, “o meio passou a ser intermediário entre os interesses dos grupos que detinham o poder e a população”.

O poder ideológico do rádio inicia-se a partir do regime implantado em 1930, que o identifica como um instrumento com capacidade de promover interesses. O objetivo de Getúlio Vargas era transmitir a ideia de unificação nacional e também de reforçar uma conciliação entre as classes sociais (FERRARETTO, 2001).

Com as mudanças na economia, o crescimento dos centros urbanos e o surgimento das classes assalariadas passando a ter poder de consumo, viria a legalização da veiculação de anúncios publicitários, em 1932. Os Decretos Lei no. 20.047, de maio de 1931, e 21.111, de março de 1932, regulamentavam o funcionamento do setor radiofônico, estipulando uma limitação de 10% do tempo total de programação para a veiculação de propagandas (CALABRE, 2004). Nesse período a veiculação de anúncios garantiam a sobrevivência do rádio. Após esse processo iniciou-se a disputa do mercado disponível pelas emissoras, procurando desta maneira visar lucro. Em 1934, o limite de tempo para propaganda foi ampliado, pelo governo, para 20% do total de cada programa (REIS, 2008). Além disso, conforme aponta Jambeiro (2004), “o desenvolvimento da radiodifusão, assim como ocorria com jornais, revistas e outras publicações, sofria rigoroso controle do governo Vargas”.

Como salienta Ortriwano (1985), a entrada de mensagens comerciais transfigura o rádio, que de erudito, educativo e cultural, passa a ser “popular”, totalmente voltado ao lazer. Onde então o comércio e a indústria fazem com que os programadores mudem de linha para atingir o público. É época em que a música popular e programas humorísticos passam a dominar a programação.

Com as mudanças ocorridas no Brasil a partir da Revolução de 1930 e o

crescimento de setores como a indústria e o comércio que, como aponta Ortriwano (1985), queriam colocar seus produtos no mercado interno, e aliados a mudanças na estrutura administrativa federal, com a centralização do poder executivo por Vargas, são o contexto que favorece a radiodifusão: “o rádio mostra-se um meio extremamente eficaz para incentivar a introdução de estímulos ao consumo” (ORTRIWANO, 1985, p.15).

Vindo a ser um veículo de comunicação de massa, torna-se nítida a possibilidade de utilizá-lo para promover interesses segmentados. Para Santos (2014), essa apropriação é feita por personalidades políticas com fins partidários e eleitorais. “Prova disso é que ainda em 1932 evidencia-se mais um momento de mobilização política do rádio no Brasil, com a Revolução Constitucionalista (SANTOS, 2014)”. Durante a Revolução do 1932, o rádio que já veiculava propaganda política, conclamou o povo em favor da causa política, com César Ladeira que veio a ganhar fama nacional como locutor oficial da revolução. Nessa mesma época, como salienta Ortriwano (1985), a Rádio Record introduziu a programação política, ao trazer os políticos aos seus microfones, para palestras “instrutivas”, como dizia Paulo Machado de Carvalho, proprietário da emissora.

Santos (2014) observa que, em 1935 o então presidente Getúlio Vargas, exigiu das emissoras um espaço oficial para a implantação da “Hora do Brasil”, um programa diário com alcance em âmbito nacional, Vargas pretendia através desse programa, divulgar notícias de seu interesse, além de propagandas ideológicas calcadas nos conceitos e valores morais, intelectuais e políticos que defendia. Porém, o objetivo de que a “Hora do Brasil” atingisse todo o país só seria alcançado em 1939, quando passa a ser produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP (MOURA, 2009).

Porém, antes disso, em 10 de novembro de 1937, que o presidente “comunicou à nação a instalação do Estado Novo e a nova Constituição” (HAUSSEN, 1997, p. 22-23). O golpe que institucionalizou o Estado Novo e deu início a nova constituição, não contou com a aprovação do Congresso Nacional. Criado pelo jurista Francisco Campos, o novo documento estava fundamentado na necessidade de conter a revolta e a instabilidade social, evitando desta maneira uma possível guerra civil. A Constituição de 1937 ficou conhecida como Polaca, nome utilizado pelos adversários políticos e críticos de Vargas, como referência ao líder do golpe militar na Polônia, marechal Jozef Piilsudski (1867-1935), que chegou ao poder em 1921. Conforme relata Contijo (1996):

“O estado novo estava em toda parte, tudo ouvia, tudo controlava, tudo arbitrava. Não abdicava do papel de pai, mas pretendia ser Deus. Faltava ao nacionalismo um caráter, uma identidade. Até isso nos foi dado. Ao perceber essa lacuna o governo tratou de estimular uma produção cultural voltada para os símbolos de brasilidade. Patrocinou peças teatrais, incentivou os programas radiofônicos, os shows nos cassinos, o cinema e até mesmo as escolas de samba, desde que fossem obviamente, divulgadores dos símbolos nativistas do nacionalismo populista



As propagandas utilizadas pelo Estado Novo foram totalmente inspiradas nas propagandas nazistas, que se utilizavam do poder dos meios de comunicação de massa para difundir suas ideologias. Na Era Vargas, a proposta era conseguir apoio para legitimação do poder a partir do golpe de 1937.

Em 1939, uma intervenção demonstra que Vargas fazia questão de utilizar o rádio em seu favor. Foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável não somente pela radiodifusão, como também do teatro e do cinema, que tinha também com a função de censurar. O DIP fiscalizava tudo o que era transmitido. O DIP colocou em cada emissora um censor para proibir que determinadas informações chegassem ao povo. Entre elas, cita Ferraretto (2001), as reivindicações trabalhistas, notícias sobre presos políticos, mobilizações, passeatas e organizações estudantis e, principalmente, as críticas ao governo.

Outros órgãos precederam o DIP: o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) criado em 1938, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) de 1934 e o Departamento Oficial de Propaganda (DOP) que funcionou em 1931. De estrutura nazista, o DIP era composto por filiais nomeados Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs) que vigiavam as imprensas e emitiam “listas de assuntos proibidos” (LOPES, 2008, p.1).

Em 08 de março de 1940, uma das rádios mais importantes da história do Brasil, a Rádio Nacional no Rio de Janeiro, foi estatizada por Vargas, transformando-se na rádio oficial do Governo brasileiro. Com o interesse totalmente voltado à propaganda, o Estado Novo permitiu que os lucros vindos de publicidade, fossem utilizados para melhorar a estrutura da emissora. Segundo Ortriwano (1985), Miriam Goldfeder realizou uma análise da Rádio Nacional, com o objetivo de identificar “seu significado político-ideológico” mais amplo, compreendendo-se desta maneira a legitimação ideológica acionados direta ou indiretamente pelo sistema de dominação política e a mesma deveria atuar como mecanismo de controle social.

É interessante ressaltar, que em julho de 1941, em pleno Estado Novo, a Rádio Nacional transmitiu a primeira radionovela no Brasil, “Em busca da felicidade”, que tinha origem cubana e era totalmente apolítica. A transmissão foi através da Rádio Nacional.

Outro fato que também vale ser mencionado, foi que a primeira transmissão do noticiário que fez história chamado Repórter Esso, que era patrocinado pela empresa americana Standard Oil Company of Brazil, e que tinha o slogan “O Primeiro a Dar as Últimas Notícias e Testemunha Ocular da História” foi ao ar em 28 de agosto de 1941. O Repórter Esso foi o noticiário que revolucionou o radiojornalismo, por ser o primeiro do país a não se limitar a simplesmente ler as notícias retiradas de jornais, pois recebiam as informações de uma agência norte-americana. Após 27 anos no ar, o Repórter Esso fez sua última transmissão no dia 31 de dezembro de 1968.

Por outro lado, diferentemente do Repórter Esso, o jornal a Noite, conforme

relata Contijo (1996), não poupava elogios à atuação de Getúlio como “salvador” da imprensa brasileira. O jornal dizia:

“Nenhum governo no Brasil deu tanta atenção à propaganda como o atual. Compreendendo o poder do jornal na formação da opinião pública, um dos primeiros cuidados do presidente Getúlio Vargas foi liberar a imprensa de certas contingências econômicas, que a desvirtuavam, não raro, fazendo-a oscilar entre interesses individuais e ambições partidárias. A situação instável dos trabalhadores da imprensa, resultado do forçoso dos períodos de desafogo e crise em que oscilavam a maioria das empresas jornalísticas, foi também objeto de atenção por parte do governo, que cuidou, resolutamente de estender aos jornalistas os benefícios das leis de proteção ao trabalho. Por outro lado, nenhum outro presidente soube tão bem usar a propaganda como elemento de unificação nacional, orientador da opinião pública, revelador do Brasil, no Brasil e no estrangeiro” (CONTIJO, 1996, p.31).

O que demonstra a influencia que Vargas tinha sobre os meios de comunicação e a imprensa, utilizando-os a seu favor.

## UMA NOVA FASE PARA O RÁDIO E PARA O BRASIL

O rádio alcançou seu auge entre as décadas de 1940 e 1950. Período em que as rádios promoviam os programas de auditório, as radionovelas e os programas de humor. Além disso, veio a consolidação de um radio jornalismo mais estruturado, que num primeiro momento, divulgavam principalmente informações referentes a II Guerra Mundial.

A partir desse momento, começa a existir uma maior concorrência entre as emissoras, iniciando uma guerra pela conquista do público, a fim de garantir seu faturamento. Como aponta Ortriwano (1985), as emissoras querem mostrar maior popularidade, para que os anunciantes decidissem pelos investimentos de suas verbas. Deste modo, o clima fica propício para que o IBOPE<sup>3</sup> inicie suas atividades. Fundado em 13 de maio de 1942, suas pesquisas iniciais eram bastante simplificadas.

Conforme aponta Gontijo (1996), a peculiar história de Auricélio Penteado, que foi sócio da rádio Kosmos em São Paulo, preocupado justamente com a possibilidade de conhecer o tamanho da audiência da emissora, foi até os Estados Unidos, e aprendeu a fazer pesquisas no American Institute of Public Opinion, criado por George Gallup. De volta ao Brasil realizou seu primeiro levantamento na busca do tamanho da audiência da emissora. Ao descobrir que a audiência era baixa vendeu sua parte da rádio e fundou o IBOPE. Na ocasião, além da pesquisa de audiência de rádio, passou a prestar serviços também de pesquisas de mercado para agências de publicidade multinacionais que aqui se instalavam em função das marcas internacionais que necessitavam conhecer o perfil do consumidor brasileiro.

O fim do Estado Novo<sup>4</sup> aconteceria em 1945 e os primeiros passos da

3. IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

4. Sistema político de caráter ditatorial que foi implantado no país, na pessoa do Presidente Getúlio Vargas, a partir de 10 de novembro de 1937.

redemocratização puseram fim também ao DIP e à censura prévia. Embora a “Hora do Brasil” tenha continuado no ar, mudando em 1946 para “Voz do Brasil”, até os dias de hoje continua sendo instrumento de divulgação de informação governamental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, podemos dizer que o rádio merece destaque, tendo em vista que desde a Era de Getúlio Vargas, já vinha sendo utilizado para fins políticos, com a intenção de divulgar uma ideologia.

O rádio obteve um papel de extrema importância, tendo em vista que inicialmente era um meio de comunicação considerado das classes de elite e somente mais tarde, na década de 1930, com novas leis, verbas públicas e de anúncios, veio a ser um meio de comunicação de massa.

Pudemos evidenciar que com as transmissões radiofônicas passando a atingir um maior número de pessoas, Vargas viu a oportunidade de explorar esse meio e passou a utilizá-lo como seu aliado político para divulgação das ideologias de seu governo interna e externamente. Bem como, utilizá-lo como forma de repressão e também de controle de informações que eram feitas através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) assim difundindo seus interesses durante o período que esteve no poder. Embora, como salienta Contijo (1996), alguns pensadores da época não concordavam muito com o DIP e:

“Enquanto o DIP criava um sistema quase perfeito para a formação da imagem pública de Getúlio e do seu governo, que prometia uma rápida ascensão ao desenvolvimento, intelectuais como Monteiro Lobato insistiam em “pensar com a própria cabeça” e desvendar o que a propaganda oficial escondia” (CONTIJO, 1996, p.30).

Desta forma, podemos afirmar que o rádio foi amplamente utilizado por Getúlio Vargas durante seu governo, e teve grande importância no que se refere ao seu uso político.

## REFERÊNCIAS

**Anuário Estatístico do Brasil 1938.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.

CALABRE, Lia. **A era do rádio.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAMPO, Mônica Brincalepe. **O Rádio Como Meio de Persuasão Política.** Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/O-rádio-como-meio-de-persuasão-pol%C3%ADtica.pdf> acesso em: 08 de set. 2017.

CIACCIA, Fabio; MANHANELLI, Carlos. **A História do Rádio na Política Brasileira.** Disponível em: [http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/19/Carlos\\_Manhanelli\\_e\\_Roberto\\_Gondo\\_-\\_trabalho.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/19/Carlos_Manhanelli_e_Roberto_Gondo_-_trabalho.pdf) acesso em: 08 de set. 2017.

COSTA, Edwaldo; GOMES, Gabriel Henrique Silva. **Rádio e Vargas em Sintonia.** Disponível em:

<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1544-1.pdf> acesso em: 08 de set. 2017.

COSTA, Osmani Ferreira. **Uma História Política do Rádio – a Aventura Eleitoral de Radialistas no Século XX**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Uma%20Historia%20Politica%20do%20Radio%202013%20a%20Aventura%20Eleitoral%20de%20Radialistas%20no%20Seculo%20XX.pdf> acesso em 11 set. 2017.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

GONTIJO, Silvana. **A voz do povo: o Ibope do Brasil**. Objetiva, 1996.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e Política: tempos de Vargas e de Perón**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: Edufba, 2003.

LOPES, Dirceu Fernandes. Contra o arbítrio, pela liberdade. *Jornal da USP*, n. 831, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.intercom.org.br/boletim/a04n100/forum\\_dirceu.shtml](http://www.intercom.org.br/boletim/a04n100/forum_dirceu.shtml)>. Acesso em: 20 set. 2017.

MOURA, Cristiane S. S. **O Rádio como palco da campanha política: um estudo sobre os programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral de Lula em 2006**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009.

MURCE, R. **Bastidores do rádio**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus Editrial, 1985.

REIS, Clóvis. **Propaganda no Rádio: os formatos de anúncio**. Blumenau: EDIFURB, 2008.

SANTOS, Ébida Rosa. **A propaganda eleitoral no rádio: aspectos históricos e legais**. Florianópolis: ALCAR SUL, 2014.

SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÕES. **Decreto no 20.047, de 27 de maio de 1931**, que “Regula a execução dos serviços de radio-comunicação no território nacional”. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Acesso em 26 mai. 2001.

SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÕES. **Decreto no 21.111, de 1o de março de 1932**, que “Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional”. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Acesso em 26 mai. 2001.

SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÕES. **Decreto no 1.720, de 28 de novembro de 1995**, que “Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiofusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores”. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Acesso em 26 mai. 2001.

SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÕES. **Decreto no 2.108, de 24 de dezembro de 1996**, que “Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiofusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores”. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Acesso em 26 mai. 2001.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1999. WEBSITES: Disponível em: <https://seuhistory.com/hoje-na-historia/ocorre-primeira-transmissao-do-reporter-esso> Acesso em: 22 set. 2017

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO** Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-165-7

